

A RELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UFBA.

Matheus Mascarenhas; UFBA; matheusmascarenhas1@hotmail.com

Gilvanice Musial; UFBA; gilvanicemusial@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem como objetivo analisar a relação entre a Assistência Estudantil (AE) e o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE) no plano legal/institucional e objetivo/material. No entanto, devido ao volume de dados, nos deteremos aqui à análise das medidas institucionais de articulação entre a AE e o EPE desenvolvidas pela UFBA.

Os procedimentos metodológicos adotados passaram pelo mapeamento das atividades de EPE desenvolvidas pela UFBA, através de pesquisa documental, e por entrevista com a gestora da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). A análise desta temática se dá considerando o caráter contraditório das políticas públicas no capitalismo, situado entre os interesses do capital e do trabalho, acentuado pelo agravamento da sua crise estrutural que impõe fortes restrições orçamentárias às ações de caráter social do Estado e cada vez mais o orienta aos interesses do mercado.

DESENVOLVIMENTO

O tripé EPE se consolidou, ao longo do percurso histórico da educação superior brasileira, como um demarcador fundamental de qualidade para este nível de educação. Em contraponto às universidades privadas, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas são regidas por uma lógica que ainda preserva a noção da educação como um bem público (CHAUÍ, 2003), apesar dos ataques que essa concepção vem sofrendo. Já a lógica privada que rege àquelas instituições, a orientam para o lucro dos seus investidores e compreende a educação como um bem a ser acessado através do mercado e não como um direito social.

Apesar da disputa desigual entre os projetos políticos do trabalho e do capital para a educação, a conquista do EPE, enquanto pilar do Ensino Superior no Brasil, e da AE, enquanto política responsável pela permanência de milhares de jovens de baixa renda neste nível de ensino, significou grandes avanços sociais da luta por uma educação inclusiva e de qualidade. Outra vitória que caminha no mesmo sentido é a previsão de articulação das ações de AE com as atividades de EPE desenvolvidas pelas IES que recebem verbas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No entanto, apesar de prevista pelo PNAES, tal articulação está sujeita às condições objetivas impostas pelo sistema e sua política econômica em uma país da periferia do capitalismo mundial (BEHRING, 2011).

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Enquanto princípio constitucional, a indissociabilidade entre o EPE, bem como o PNAES e o seu objetivo de articulação com este tripé, encontram-se ameaçados diante do cenário de cortes no Ensino Superior. Portanto, apesar da previsão legal de articulação entre a AE e o EPE, frente ao contexto de ataques às políticas sociais, problematizamos a materialidade desta relação a partir da seguinte questão: como está se dando a articulação entre as ações de Assistência Estudantil e o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão na UFBA diante do cenário de ataques ao Ensino Superior público? Para o ano de 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) previu um corte de 18,32% no orçamento da UFBA. Somados aos anos anteriores, estes cortes já refletem na redução de vagas para os benefícios da AE, como é o caso do auxílio moradia **4**.

Neste contexto de arrocho orçamentário, analisamos as medidas de articulação entre as atividades de AE e EPE desenvolvidas pela UFBA e identificamos uma quase inexistência destas. No escopo da PROAE são mantidos dois programas de iniciação ao EPE, o Permanecer e o Sankofa. Ambos têm como objetivo garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, articulando a AE e o EPE, como estabelece o PNAES. No entanto, as medidas de articulação existentes são restritas às ações da PROAE. Estas são direcionadas aos/às estudantes em grupos de vulnerabilidade socioeconômica, que são maioria na universidade, e compostos majoritariamente por pessoas negras. Não por acaso,

4 Corte de R\$ 18,32% previsto para 2021 pode impor à UFBA orçamento menor que o de 10 anos atrás. Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=17914>

tais ações gozam de menor prestígio acadêmico do que aquelas desenvolvidas pelas demais Pró-reitorias, estabelecendo uma hierarquia socio-racial entre as atividades de EPE desenvolvidas pela UFBA.

A maioria dos programas e projetos de EPE desenvolvidos pela universidade não adotam medidas de articulação entre suas ações e a AE, principalmente no que diz respeito aos maiores programas de EPE, como o Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão (PIBIEX) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com exceção do PIBIC AF (Ações Afirmativas), que é destinado a estudantes que ingressaram no ensino superior através de políticas de ações afirmativas. Estes programas, desenvolvidos no âmbito das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROGRAD, PROPCI e PROEXT), não possuem nenhuma previsão legal/institucional de articulação com a AE.

CONCLUSÕES

Um dos resultados mais relevantes encontrados pela pesquisa que originou este trabalho foi a elevação do índice de previsão/possibilidade de abandono do curso entre estudantes assistidos/as que não acessaram atividades de EPE ou as acessaram sem bolsas. Diante destas problemáticas, a UFBA apresenta dificuldades em promover a articulação entre a EPE e AE. Assim, frente a um contingente estudantil cada vez mais pauperizado (FONAPRACE, 2019), a universidade ainda trata a questão do combate às desigualdades socio-raciais como algo isolado, restrito ao “órgão responsável” neste caso, a PROAE. Dadas estas constatações, vemos como de fundamental importância para a garantia da qualidade da formação destes/as estudantes, a adoção de medidas de articulação entre a AE e o EPE, como a reserva de vagas, sobretudo no acesso às bolsas, para os/as estudantes assistidos/as, de modo a reduzir os impactos da pobreza e do racismo na formação acadêmica.

No entanto, as mudanças singulares possivelmente adotadas pela universidade em questão não são suficientes para a resolução de um problema estrutural do capitalismo, sobretudo em países dependentes como o Brasil. A insuficiência de recursos para os programas de AE tem sido responsável pelo rebaixamento da qualidade, não só da permanência, mas do próprio Ensino Superior, decorrendo no baixo número de ações de articulação entre AE e EPE. Este cenário tem sido determinado pelos cortes orçamentários impostos pelo atual governo e determinante para o rebaixamento da qualidade da educação superior, confirmando as

necessidades desta fase do capitalismo em crise, que avança sobre os direitos sociais para se manter vigente e vem construindo as causas para a reação da classe explorada na luta que tem ditado os rumos seguidos pela humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 02 Fev. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história** – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2000.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de Fev. de 2020.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Uberlândia. FONAPRACE, 2019

MARX, Karl. **O Capital, Livro 1: O Processo de Produção do Capital, Vol 1**. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, Ago. 2009.